

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Menor receita de royalties do petróleo afeta NE	2
Título: Redução das atividades da estatal na região está em curso há uma década.....	2
Título: Paralisação de produção pode afetar também as companhias privadas	4
Título: Bolsonaro põe pressão sobre Petrobras ao criticar reajuste.....	5
Título: Curtas	7
Título: Decisões impedem corte de energia elétrica de indústrias.....	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Socorro de elétricas e aéreas pode sair esta semana	10
Título: » Quase lá.....	11
VEÍCULO: O Globo.....	11
Título: Crise vai impor uma reestruturação ampla à indústria global de petróleo.....	11

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/05/2020****Seção: Especial****Autor: André Ramalho e Marina Falcão — Do Rio e do Recife****Título: Menor receita de royalties do petróleo afeta NE**

O choque de preços do petróleo deve reduzir em 18% a arrecadação de royalties dos municípios do Nordeste e fazer evaporar R\$ 200 milhões dos cofres públicos das cidades de região em 2020 em relação ao ano passado, estima a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Não bastassem as perdas de receitas com a desvalorização da commodity, a economia nordestina terá pela frente um novo golpe: a Petrobras desativou dezenas de campos em águas rasas e se prepara para reduzir as atividades terrestres nos próximos meses na região. A paralisação das operações é justificada dentro da lógica empresarial, pelos altos custos dos ativos, e afeta só 1% da produção da estatal. Mas, para uma série de pequenos municípios da região, cujas economias giram em torno da petroleira, o impacto promete ser superlativo.

Muitos desses municípios são pobres em receitas e dependem não só dos royalties para manter os serviços básicos para a população, mas também dos efeitos indiretos da atividade petrolífera local, que mobiliza fornecedores de bens e serviços e emprega centenas de pessoas, dinamizando a economia local em áreas relativamente mais pobres e de baixa densidade populacional. O temor é que a redução das atividades no Nordeste leve à perda do principal motor econômico de muitas dessas cidades.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 11/05/2020****Seção: Especial****Autor: André Ramalho e Marina Falcão — Do Rio e do Recife****Título: Redução das atividades da estatal na região está em curso há uma década**

A redução das atividades da Petrobras no Nordeste não é bem uma novidade. Ao longo de toda a década de 2010, a estatal se concentrou no pré-sal e deixou de lado investimentos em ativos menores e menos rentáveis, mas que exigem esforços para recuperação. Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a produção nordestina de petróleo caiu 44% nos últimos dez anos, para um patamar médio de 86 mil barris diários no primeiro trimestre.

A prefeita de Cardeal da Silva (BA), Mariane Mercuri (Podemos), conta que o município, de 9 mil habitantes, já convive há anos com o declínio das atividades

petrolíferas na região, o que tem afetado a geração de emprego e renda na cidade.

“Nosso ISS no município, que já chegou a R\$ 150 mil por mês, no pico, hoje é da ordem de R\$ 20 mil por mês. Isso é fruto da redução dos investimentos da Petrobras na região, já há alguns anos. Nossa principal fonte de renda é o petróleo. O dinheiro dos royalties hoje vai para manutenção, coleta de lixo, asfaltamento, para o programa de transferência de renda que temos aqui no município. Com a redução das atividades da Petrobras, agora, na crise, podemos perder completamente a capacidade de investimentos”, comenta.

Cardeal da Silva não será atingida de imediato pela primeira leva de cortes de produção que a estatal pretende fazer na região, mas o receio de que a Petrobras decida expandir a paralisação de campos pela Bacia do Recôncavo é generalizado entre os municípios da região como um todo.

A intenção da estatal é se desfazer de seus ativos terrestres. A privatização dessas concessões é promessa de investimentos na recuperação desses campos maduros, o que pode gerar ganhos com royalties para esses municípios. A venda dos campos, no entanto, é vista com muitas ressalvas pela comunidade local.

“Em geral, as empresas privadas do onshore são bem menores, que trabalham com um número bem menor de empregados”, afirma Mariane.

“Tudo que é mudança gera um receio. A Petrobras é uma empresa de grande porte. Não sabemos quem vai comprar”, concorda a prefeita de Araçás (BA), Maria das Graças Trindade Leal (PT), que administra o município de 12 mil habitantes e com orçamento de aproximadamente R\$ 60 milhões, 20% dele atrelado ao petróleo.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, já afirmou anteriormente que a Petrobras se prepara para se tornar uma empresa essencialmente concentrada no Sudeste. A petroleira está se desfazendo de todas as suas refinarias fora do eixo Rio-São Paulo, já hibernou as suas fábricas de fertilizantes e está vendendo centenas de campos terrestres e em águas rasas, localizados sobretudo no Nordeste.

Em meio à redução dos investimentos da estatal nos campos maduros do Nordeste, a ANP tem feito pressão para que a Petrobras se desfaça dos ativos que não lhe interessem mais, sob o risco de que as concessões sejam cassadas. Nesse sentido, o órgão regulador deu um prazo, postergado recentemente até o fim do ano, para que a empresa conclua os seus processos de venda de ativos em terra e águas rasas. Caso contrário, as concessões podem ser retomadas

pela União e a estatal perderia a oportunidade de levantar recursos com os desinvestimentos dessas áreas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/05/2020

Seção: Especial

Autor: André Ramalho e Marina Falcão — Do Rio e do Recife

Título: Paralisação de produção pode afetar também as companhias privadas

Em meio à crise do setor, a expectativa é que as paralisações de produção não se restrinjam apenas à Petrobras, mas também às petroleiras privadas. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) informou que recebeu pedidos de duas empresas - a Energizzi e a Recôncavo E&P, da PetroRecôncavo - para paralisar temporariamente a operação de campos terrestres na Bahia.

Enquanto a Energizzi solicitou a hibernação da concessão Vale do Quiricó, a Recôncavo E&P pediu para paralisar Lagoa do Paulo Sul e Juriti. Se o cenário de baixa dos preços do petróleo persistir pelos próximos meses, como apontam as estimativas de mercado, novos pedidos podem chegar à agência reguladora.

As pequenas produtoras, representadas pela Associação Brasileira de Produtores Independentes de Petróleo e Gás Natural (ABPIP), pedem ao governo a suspensão temporária da parcela de royalties da União.

As empresas pleiteiam também que o governo promova articulação com a Petrobras para garantir que os descontos impostos pela petroleira na compra do óleo produzido pelas companhias não ultrapasse o patamar de 10%.

Na semana passada, o secretário-executivo da ABPIP, Anabal Santos Jr., pediu, durante evento on-line, celeridade maior na tomada de decisões. “O maior custo do onshore [produção terrestre] hoje é o da indecisão”, afirmou.

Anabal Santos Jr. destacou ainda que os pequenos produtores terrestres estão trabalhando no limite da economicidade.

Segundo fonte de uma pequena produtora, a expectativa é que em maio haja aumento significativo dos pedidos de hibernação de campos localizados em terra.

Presente no mesmo evento, o assessor da diretoria da ANP, Leonardo Caldas, disse que agência está consciente sobre os pleitos da indústria e citou que o

órgão regulador pretende fazer, no segundo semestre, a revisão da Resolução nº 17/2015, que trata do plano de desenvolvimento da produção de grandes e pequenos campos, com o objetivo de tratar de forma diferente grandes, médias e pequenas empresas.

A Petrobras está hibernando 62 plataformas em todo o Brasil, mas principalmente no litoral nordestino. A ANP informou que recebeu pedido formal de hibernação da empresa de 33 campos, sendo 23 no Nordeste.

Além de paralisar seus ativos em águas rasas, a estatal também comunicou a intenção de parar seis campos em terra em Sergipe e mais seis no Rio Grande do Norte.

Com a decisão, a estatal colocou seus campos numa espécie de limbo. Com custos mais elevados, as concessões em águas rasas têm dificuldades para se viabilizar no cenário atual do mercado. A intenção da companhia é vender esses ativos para novos operadores interessados em recuperar campos maduros, mas o momento é ruim para atrair investidores e não há qualquer perspectiva de quando a operação desses ativos será retomada.

De acordo com a ANP, 27 petroleiras produzem, em terra, no mercado brasileiro. As bacias maduras onshore (Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo, Sergipe e Alagoas) produzem cerca de 100 mil barris diários de óleo equivalente, sendo 90% desse volume de óleo e gás pela Petrobras e 10% pelas empresas privadas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/05/2020

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Bolsonaro põe pressão sobre Petrobras ao criticar reajuste

A declaração do presidente Jair Bolsonaro dizendo que vai questionar a Petrobras sobre o aumento de 12% no preço da gasolina, na semana passada, volta a colocar a autonomia da estatal em xeque. Os próximos passos da empresa na precificação dos combustíveis serão acompanhados com lupa por investidores que veem na pressão do presidente da República um clima de desconforto para a gestão da companhia. Os cálculos de quem monitora o mercado mostram que a petroleira aumentou menos do que deveria a gasolina na última quinta-feira. Ao classificar o reajuste da empresa como uma “manobra”, Bolsonaro ignora, portanto, a defasagem da tabela de preços da companhia, afirmam fontes da indústria.

Uma das frases mais repetidas, entre os analistas que acompanham o dia a dia da Petrobras, é que “baixar preço é fácil, mas subir é outra história”. Segundo dois deles, consultados pelo **Valor**, embora as ações da companhia tenham fechado a sexta-feira em alta - 7,1% para as ON (R\$ 19,6) e 6,6% para as PN (R\$ 18,6) -, os impulsos intervencionistas de Bolsonaro nos preços da estatal são, hoje, o principal risco sobre o valor da empresa na bolsa.

A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) estima que, na sexta-feira, a Petrobras estava vendendo o litro da gasolina entre R\$ 0,35 e R\$ 0,44 abaixo da paridade, dependendo da região. As contas consideram as despesas para internalização do produto até o porto e adicionam a esses valores custos com taxas portuárias, armazenagem e frete até o ponto de entrega. Por sua vez, a estatal alega que o preço de paridade internacional “não é um valor absoluto, único e percebido da mesma maneira por todos os agentes”.

Segundo um analista de um importante banco de investimento, mesmo com o reajuste de 12%, a defasagem dos preços da gasolina, em relação à paridade internacional, era de 25% na sexta-feira.

A Petrobras já reduziu os preços da gasolina este ano em 46,5% e o do diesel em 44,1%. Para efeitos de comparação, o barril do tipo Brent acumula uma baixa de 49% (segundo contrato). Vale lembrar que, na conta da estatal, entra o preço do petróleo, mas também o câmbio e estratégias de captação de participação de mercado, por exemplo. O reajuste da semana passada, portanto, foi uma tentativa da Petrobras de reduzir sua defasagem, depois de dois meses seguidos de cortes nos preços nas refinarias. O receio, agora, é que esse movimento seja interrompido.

Esta não é a primeira vez que Bolsonaro coloca a estatal contra a parede, depois de um aumento dos preços. Em abril de 2019, as ações da empresa desabaram na bolsa após o presidente pedir, em telefonema ao presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, que a estatal suspendesse o reajuste de 5,7% do diesel, em meio às ameaças de uma nova greve dos caminhoneiros. Na ocasião, Castello Branco disse que houve “interferência zero” no caso.

Um ano depois, Bolsonaro volta a fazer retórica intervencionista e a alimentar a desconfiança histórica sobre a autonomia da empresa. Ao longo de um ano e meio de mandato, Bolsonaro já mandou a empresa rever contratos de patrocínio e se antecipou à estatal ao anunciar que não haveria reajustes imediatos nos preços, em meio a conflitos no Oriente Médio.

O grau de autonomia da Petrobras havia sido colocado em xeque desde os primeiros dias de governo. O amigo particular do presidente da República, Carlos Victor Guerra Nagem, foi indicado para a gerência-executiva de

inteligência e segurança. A rescisão do contrato entre empresa e o escritório do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, desafeto público do presidente, também ajudou a alimentar a desconfiança em torno da ingerência do governo na estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/05/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Light espera Conta Covid

O diretor financeiro da distribuidora de energia Light, Roberto Barroso, disse que o setor espera, para a próxima semana, o decreto da “Conta Covid”, com o empréstimo para o socorro às distribuidoras. Segundo a presidente da concessionária, Ana Veloso, a expectativa é que a medida seja suficiente para resolver os problemas de caixa das distribuidoras. Ela lembrou, contudo, que discussões sobre aspectos mais estruturais, como a sobrecontratação de energia, ainda precisam avançar. “Mas estamos otimistas de que teremos uma solução conceitual dessa dimensão caixa”, disse ela, durante teleconferência com analistas na sexta-feira. A executiva destacou que a pandemia traz “um contexto desafiador para a economia”, mas que a Light está preparada para seguir com sua reestruturação. Entre outras medidas para fazer frente ao cenário, mencionou Veloso. a companhia aprovou a retenção dos dividendos; o recebimento de R\$ 105 milhões de repasse de fundos setoriais; e a captação de R\$ 400 milhões em debêntures, medidas para preservar caixa. A companhia fechou o trimestre com caixa consolidado de R\$ 1,5 bilhão a R\$ 2 bilhões, na posição pro-forma, ao se considera as medidas tomadas após 31 de março.

Lucro da Celesc cresce

A Celesc, distribuidora catarinense de energia, reportou lucro líquido de R\$ 144 milhões no primeiro trimestre, alta de 98% ante o mesmo período do ano passado, e teve como principal fator, segundo informou, o bom desempenho de receitas e despesas no período. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) também foi beneficiado pelo desempenho de receitas e despesas e cresceu 37,9%, para R\$ 286,7 milhões. Já a receita líquida caiu 0,7%, totalizando R\$ 2,02 bilhões, deido à redução no volume de fornecimento de energia de 16,6%, na comparação com 2019, reflexo da queda na receita com

bandeira tarifária, que no trimestre registrou R\$ 29 milhões, contra R\$ 136 milhões um ano antes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 11/05/2020

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Adriana Aguiar — De São Paulo

Título: Decisões impedem corte de energia elétrica de indústrias

Indústrias têm conseguido decisões judiciais para evitar interrupção no fornecimento de energia elétrica e outros serviços essenciais, como água, gás e internet. A alegação é a de que passam por dificuldades financeiras em razão da crise gerada pela pandemia de covid-19.

Uma das liminares beneficia uma indústria de metais sanitários em Mogi Mirim (SP), que não poderá sofrer corte de energia elétrica pela concessionária da região, a Elektro, pelo prazo de 90 dias. O período deve ser contado desde a edição, em 24 de março, da Resolução nº 878, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A decisão é do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). O pedido tem com base a norma da Aneel, que não contemplou a indústria. Só determina a impossibilidade de interrupção de serviço de distribuição de energia basicamente para residências e imóveis rurais.

No pedido, o advogado que assessora a indústria, Artur Ratc, sócio do escritório Ratc & Gueogjian Advogados, alegou que deveria ser repetido o princípio da equidade, uma vez que empresas também estão em dificuldades financeiras. No caso, a indústria paga uma conta mensal de energia de aproximadamente R\$ 200 mil. “Esse valor ajuda a pagar a folha de salários da empresa, que preferiu prestigiar o pagamento dos funcionários”, diz. Na unidade em Mogi Mirim, segundo o advogado, há cerca de 200 trabalhadores.

Além da resolução da Aneel, Ratc também argumentou que a assistência aos desamparados é um direito social, com base no artigo 6º da Constituição. “Neste momento emergencial, todos que sofrem as consequências econômicas da pandemia podem se enquadrar como desamparados”, afirma. Ele acrescenta que a suspensão da energia e a paralisação de atividades poderiam agravar ainda mais a crise financeira da empresa.

Ratc ainda pedia a postergação dos pagamentos e o diferimento do ICMS que consta nas faturas. Em primeira instância, todos os pedidos foram negados. A

liminar foi concedida em agravo de instrumento (nº 2069088-96.2020.8.26.0000), analisado pelo desembargador Gil Coelho, da 11ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP.

Para o advogado, a decisão cria um viés objetivo de princípio de preservação da empresa. “É uma forma de manter um fluxo de caixa mínimo para a empresa conseguir pagar salários e se planejar pelos próximos 90 dias”, diz.

Por nota, a Elektro informa que não foi notificada sobre a decisão liminar, “esclarecendo ainda que, como empresa regulada, atende as deliberações da Agência Nacional de Energia Elétrica”.

Empresas em recuperação judicial também têm conseguido decisões para manutenção de serviços essenciais. A Fundição Balancins, fabricante de peças automotivas, conseguiu uma decisão no processo de recuperação que suspende corte de energia elétrica, água, luz, gás e internet por conta da covid-19.

O juiz da Vara Única do Foro da Comarca de Embu-Guaçu (SP), Will Lucarelli, entendeu que, diante do quadro excepcional do coronavírus, seria o caso de acolher o pedido para a suspensão do corte desses serviços até o dia 1º de junho, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil (processo nº 1000809-97.2018.8.26.0177).

A empresa decidiu formular o pedido após ter sido notificada pela concessionária de energia elétrica que o corte seria efetuado no último dia 24. Segundo o advogado Daniel Machado Amaral, do Dasa Advogados, que assessora a empresa, a interrupção paralisaria atividades empresariais e colocaria em risco seu plano de recuperação, frustrando dezenas de credores e postos de trabalho.

O pedido teve como base a Lei de Falências e Recuperação Judicial (nº 11.101, de 2005), que trata do princípio de preservação da empresa. “Se tivesse seus serviços cortados, o prejuízo da empresa com a pandemia poderia ser ainda maior. Ela precisa estar em atividade para pagar seus credores”, afirma o advogado.

De acordo com ele, outras empresas em recuperação judicial conseguiram decisões judiciais semelhantes. Algumas, porém, tiveram pedidos negados porque os juízes responsáveis pelos processos de recuperação entenderam não ter competência para analisar o assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 11/05/2020****Seção: Economia****Autor: Vinicius Neder/ RIO Aline Bronzati/ SÃO PAULO****Título: Socorro de elétricas e aéreas pode sair esta semana**

BNDES coordena operação para apoiar setores afetados pela covid-19; resgate pode chegar a R\$ 20 bilhões

Os pacotes de socorro às distribuidoras de energia elétrica e às companhias aéreas, desenhados por um consórcio de bancos coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que trabalha para apoiar os setores mais afetados pela pandemia de covid-19, deverão chegar a uma definição nesta semana, apurou o Broadcast/Estadão. Os valores do socorro deverão ficar entre R\$ 10 bilhões e R\$ 13 bilhões, no caso do setor elétrico, e de R\$ 4 bilhões a R\$ 7 bilhões, no aéreo, disseram fontes que acompanham as negociações. O apoio à fabricante de aviões Embraer corre em paralelo e não estará nessa primeira ajuda. A definição dos primeiros pacotes de socorro setorial em meio à crise se dará nas condições a serem oferecidas às empresas. Valores e implementação dependerão do “aceite” das companhias que quiserem recorrer à ajuda, informaram as fontes.

No caso das companhias aéreas, deve ser divulgado um ofício com as condições estabelecidas ao longo da próxima semana e a ajuda inclui o mercado de capitais. As empresas apoiadas farão emissões de títulos de dívida, tanto debêntures tradicionais quanto bônus conversíveis em ações. A ideia é que o BNDES e os bancos privados garantam a compra de até 70% dos títulos das ofertas, e os 30% restantes fiquem com investidores privados. Uma fonte do setor financeiro explica que o BNDES deve ficar com 60% e as instituições privadas, com 10%. Segundo outra fonte, o objetivo do banco de fomento é atrair outros investidores para além de 30% das ofertas, permitindo uma redução na sua participação. Entre os investidores, estariam bancos estrangeiros e médios. “Ainda está em debate com outros bancos para definir exatamente a participação das instituições financeiras”, diz o vice-presidente de um grande banco, na condição de anonimato.

A composição da ajuda ao setor aéreo, um dos mais afetados pela pandemia, ficaria assim: 75% em debêntures e 25% em bônus conversíveis em ações. O valor de conversão dos bônus em ações tem sido um dos pontos de controvérsia entre o BNDES e as companhias aéreas desde o início das conversas, ainda em março. O copresidente do conselho do Itaú Unibanco, Roberto Setubal, afirmou que as empresas que quiserem ser capitalizadas na crise terão de aceitar as condições impostas. “A diluição dos acionistas é óbvia e

tem de ser aceita. Se as empresas se abrirem para isso, eu acho que vamos ver capitalizações”, disse ele, em live do banco, realizada na semana passada. Conta de luz. No caso das elétricas, o modelo a ser adotado é o do financiamento sindicalizado feito em 2015, também com o BNDES na coordenação.

Os empréstimos seriam garantidos de forma embutida na conta de luz, por meio do encargo Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O governo federal ainda quer dividir o que seria pago pelas distribuidoras e o que seria repassado aos consumidores. Com o avanço das conversas, a expectativa é que o entendimento das condições do empréstimo e ainda o decreto que regulamenta o socorro ao setor elétrico sejam publicados ao longo da próxima semana. A definição do pacote de socorro para as elétricas depende também de negociações com o **Ministério de Minas e Energia (MME)** e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Segundo uma fonte, as negociações pretendem “diminuir ao máximo impacto de juros sobre a conta de luz”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 11/05/2020

Seção: Colunas

Autor: ISADORA DUARTE, LETICIA PAKULSKI e CLARICE COUTO

Título: » Quase lá.

Coluna do broadcastagro

A Castrolanda deve inaugurar até junho em Piraí do Sul (PR) uma usina de biogás com capacidade de gerar 1 MW/h de energia. O projeto recebeu R\$ 15 milhões. É o terceiro investimento a ser concluído este ano. Já tinha colocado recursos em sua segunda unidade de produção de leitões, em Piraí, com capacidade para 200 mil animais/ano, e na torre de secagem de leite, em Castro, para 600 mil litros/ dia. A Castrolanda aplicou R\$ 150 milhões nos dois empreendimentos.

» Cautela. A Castrolanda tinha planos de investir R\$ 110 milhões em ajustes em frigoríficos e indústrias de leite e ração e na ampliação da unidade de batatas fritas em Castro, mas segurará pelo menos metade do valor para entender como o mercado reagirá ao coronavírus. “O momento é de insegurança”, diz o presidente, Willem Bouwman.

VEÍCULO: O Globo

Data: 11/05/2020

Seção: Editorial

Autor:

Título: Crise vai impor uma reestruturação ampla à indústria global de petróleo

Entre mudanças de regulação que o abalo neste mercado força está o fim do regime de partilha no Brasil

O rumo da indústria mundial de petróleo começou a ser esboçado nos resultados das maiores empresas do setor nos Estados Unidos e na Europa durante o primeiro trimestre. As cinco maiores produtoras dos EUA e da Europa preveem cortes de custos em torno de 23% nos próximos meses, além de redução drástica em dividendos e suspensão parcial de produção. Shell, Exxon, Chevron, Total e British Petroleum perderam valor de mercado nos três primeiros meses do ano. O lucro da BP entre janeiro e março caiu 67% (para US\$ 800 milhões). No Brasil, a Petrobras divulga resultados na quinta-feira.

Nada indica uma recuperação do setor nos próximos meses. Há excesso de estoques, guerra de preços e a pandemia do novo coronavírus só começou a ter impacto econômico fora das fronteiras da China a partir de meados de fevereiro. A Petrobras já paralisou 62 plataformas. Ao colapso nos preços soma-se uma queda de 30% no consumo global devido à pandemia.

Sobra petróleo em terra e no mar. Os EUA começam esta semana com 85% de ocupação do armazenamento terrestre, além de manter navios carregados com 20 milhões de barris ancorados na costa oeste, segundo a consultoria francesa Kpler. A Petrobras já reduziu sua produção em 23 mil barris/dia e, talvez, precise ir além, porque o frete para exportação subiu muito. Para portos chineses, por exemplo, aumentou de US\$ 3 para US\$ 11 por barril no espaço de 12 meses — e esse nível de custo supera o de extração em alguns campos brasileiros. O preço de referência mundial, o do óleo tipo Brent, caiu de US\$ 70 em janeiro para US\$ 20 por barril.

Esse cenário vai impor uma ampla reestruturação em toda a indústria.

No caso brasileiro, por exemplo, constata-se um otimismo governamental que contrasta com a realidade. Pelas projeções oficiais, na etapa pós-crise seria possível atrair até US\$ 100 bilhões em investimentos privados na área de petróleo. Tudo é possível, sempre, mas a dinâmica recessiva da indústria petrolífera em todo o mundo sugere ser essa retórica reveladora de um governo ansioso por fontes externas de financiamento.

Mais realista seria uma união do Executivo com o Legislativo para empreender reformas na regulação setorial. Por exemplo, acabando com regimes de partilha e de cessão onerosa, e adotando um sistema único de concessão. Facilitaria a atração de capitais, até porque as reservas nacionais têm parâmetros de custos de produção bem competitivos.

MME / ASCOM .